

A prioridade na reforma tributária



André Figueiredo

dep.andrefigueiredo@camara.leg.br

Deputado federal
(PDT-CE)

Talvez o tema mais consensual no início desta nova legislatura no Congresso Nacional seja a necessidade de aprovação de uma reforma tributária para o país. É difícil encontrar alguém que defenda o atual modelo tributário brasileiro, sobretudo em face da sua regressividade e complexidade.

Todavia, con-

quanto a necessidade da reforma que traga justiça fiscal e simplificação seja quase uma unanimidade, a forma como ela deve ser implementada ganha contornos dramáticos na medida em que cada cidadão, empresa e governo possui suas próprias ideias e valores a respeito de como deve ser o sistema tributário em uma nação tão complexa como a nossa.

Divergências à parte, não podemos ignorar o cenário que o país se encontra. Segundo dados da Receita Federal e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 43% da carga tributária brasileira está concentrada no consumo, ou seja, embutida no preço dos produtos e serviços. É essa concentração no consumo que torna nosso sistema tributário altamente regressivo. Isso acontece porque tanto o rico quanto o pobre pagam o mesmo imposto na aquisição de um determinado produto ou serviço. Porém, como o pobre

direciona a totalidade da sua renda para o consumo, proporcionalmente ele é mais onerado que o rico.

A regressividade do nosso sistema tributário é tamanha que, nas palavras do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil se tornou um verdadeiro paraíso fiscal para os super-ricos. Isso se deve pelo fato de quase dois terços da renda da parcela mais rica da população estar isenta do imposto de renda.

Para piorar, somos um país que tributa sobremaneira a produção industrial. Aliás, temos um imposto que incide exclusivamente sobre produtos industrializados, no caso o IPI. Uma nação que pretende se reindustrializar precisa antes de tudo rever sua política tributária sobre a indústria nacional.

Assim, podemos elencar como a prioridade da reforma tributária justamente a simplificação e a redução da carga tributária sobre o consumo. É estimado que o Produto Interno Bruto do país cresça até 20% em 15 anos com essa medida. Além disso, para preservar a prestação dos serviços públicos essenciais, será necessário ampliar a cobrança tributária sobre a renda dos mais ricos e as heranças milionárias. Só assim conseguiremos promover uma justiça fiscal em compasso com o almejado desenvolvimento econômico e social. ■